

PODER

Em defesa da controladora de emendas

Motta emite nota respaldando servidora que foi alvo de operação da PF, sexta-feira, apontada como braço operacional da indicação de recursos que são investigados

» FERNANDA STRICKLAND
» VANILSON OLIVEIRA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), divulgou uma nota em defesa da servidora Mariângela Fialek, conhecida como Tuca, alvo na sexta-feira de uma operação da Polícia Federal (PF) que investiga possíveis irregularidades na indicação de emendas parlamentares. Segundo o deputado, a funcionária da Casa é uma "técnica competente", "responsável" e "comprometida com a boa gestão da coisa pública". Em um dos trechos da manifestação, afirmou que "a experiência da servidora é reconhecida por todos os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Executivo que elaboram e executam o orçamento federal" e que sua atuação teria sido "fundamental no aprimoramento dos sistemas de rastreabilidade da proposição, indicação e execução de emendas parlamentares".

"A experiência da servidora é reconhecida por todos os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Executivo que elaboram e executam o orçamento federal. Inclusive, a atuação da servidora Mariângela Fialek foi fundamental no aprimoramento dos sistemas de rastreabilidade da proposição, indicação e execução de emendas parlamentares", diz trecho do comunicado.

Motta acrescenta que "a correta execução dos recursos públicos e transferências governamentais, não apenas emendas parlamentares, mas também provenientes do Poder Executivo, pelos seus destinatários finais, deve ser estritamente acompanhada pelos órgãos de controle". Ele destaca que, após decisões judiciais e reuniões entre os Poderes, o Legislativo, o Executivo e o Tribunal de Contas da União (TCU) vêm adotando medidas para ampliar a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares.

A advogada gaúcha é, atualmente, assessora da liderança do PP e já trabalhou com Arthur Lira (PP-AL), antecessor de Motta no comando da Câmara. Segundo a investigação da PF, ela teria participado diretamente da organização e operacionalização de indicações de emendas que estão sendo escrutinadas pela corporação. Na manhã de sexta-feira, agentes realizaram buscas em salas utilizadas pela servidora dentro da Câmara e, também, em sua residência, com apreensão de um telefone celular e outros pertences. A operação, autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, teve o endosso da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Um dos locais vistoriados pelos policiais foi uma sala registrada como

Reprodução/Redes sociais



Alvo de operação da PF, agentes estiveram na residência e no local de trabalho de Mariângela na Câmara



A experiência da servidora é reconhecida por todos os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Executivo que elaboram e executam o orçamento federal. Inclusive, a atuação da servidora Mariângela Fialek foi fundamental no aprimoramento dos sistemas

Trecho da nota divulgada por Hugo Motta

pertencente à Presidência da Câmara, mas utilizada por Mariângela desde 2022, ocupada ainda na gestão de Lira. Há relatos de que o espaço era usado para despachos relacionados às emendas parlamentares.

Depoimentos

As investigações dos procedimentos da servidora tiveram como ponto de partida os depoimentos de seis parlamentares e de uma servidora da Câmara. Os relatos foram dos deputados Glauher Braga (PSol-RJ), José Rocha (União-BA), Adriana Ventura (Novo-SP), Fernando Marangoni (União-SP), Dr. Francisco (PT-PI) e do senador Cleiton (Republicanos-MG). Segundo os testemunhos, Mariângela encaminhava às comissões oficiais da Presidência da Câmara ordenando a liberação de emendas, em especial para Alagoas, estado do qual Lira é representante.

Na decisão que autorizou a operação, Dino salienta que esses depoimentos indicam que Mariângela atuava "diretamente na operacionalização do encaminhamento de emendas" e que realizava indicações em nome de Lira. Ele salienta, ainda, que há indícios de atuação dentro de uma estrutura organizada para o direcionamento indevido de emendas.

Em relatório parcial, a PF destacou como desde 2020 Tuca ocupou diversos cargos estratégicos em empresas públicas e no Legislativo, sempre por indicação de Lira, que a permitiu trabalhar com o direcionamento de emendas. Após encontrarem uma anotação à mão que coincide com o direcionamento de emendas, os investigadores destacaram "o incomum desapego à formalidade" na formulação do Orçamento da União.

"Uma anotação à mão, realizada de maneira rudimentar, foi responsável pela realocação de recursos de um município para outro. Lamentavelmente, não há como não comparar a maneira de controlar e organizar o orçamento secreto coordenado por TUCA a uma 'conta de padaria'", escreveram os investigadores.

Segundo a defesa de Mariângela, ela é uma "mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Profissional experiente e sem histórico de vinculação partidária, integrou o Poder Executivo por quase uma década. (...) Sua atuação era estritamente técnica, apartidária e imparcial, nos exatos termos do que dispõe a Lei complementar (LC) 210/2024, editada em cumprimento às decisões do Supremo Tribunal Federal".

Jardim Botânico

Estamos chegando com a primeira loja Oba Farm em Brasília!

Inspirada em fazendas do mundo todo e com personagens que falam, cantam e dançam, nossa primeira unidade Oba Farm em Brasília estará recheada com muita qualidade e tudo que você precisa para um dia a dia repleto de frescor e sabor.

São frutas, legumes, verduras, mercearia, açougue, padaria, linha oriental, produtos exclusivos que você só encontra na rede Oba Hortifruti e muito mais.

Esperamos por você!

Leia o QR Code e saiba mais

obahortifruti.com.br

Posse de suplente em análise

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), espera uma resposta da assessoria jurídica da Casa para definir o destino do mandato da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) até amanhã. A equipe de Motta afirmou que a decisão deve tratar não necessariamente da cassação da parlamentar, mas da posse de Adilson Barroso (PL-SP). O prazo de 48 horas dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Câmara menciona especificamente a posse do suplente, não a cassação da titular.

A Primeira Turma do STF confirmou, sexta-feira, a decisão do ministro Alexandre de Moraes que decretou a perda imediata do mandato de Zambelli. O colegiado também chancelou a determinação para que a Mesa da Câmara dê posse ao suplente da deputada em até 48 horas, como prevê o regimento interno da Casa.

A decisão anulou a deliberação da própria Câmara de rejeitar a cassação de Zambelli, o que foi visto como afronta ao STF. Foram 227 votos pela cassação, 170 votos contrários e 10 abstenções. Eram necessários 257 votos para que ela perdesse o mandato.

Moraes disse em seu voto que a deliberação da Câmara desrespeitou os princípios da legalidade, da moralidade e da imparcialidade, além de ter "flagrante desvio de finalidade". O ministro afirmou, ainda, que a perda do mandato é automática quando há condenação a pena em regime fechado superior ao tempo restante do mandato, já que o cumprimento da pena impede o trabalho externo.

O STF condenou Zambelli em maio pela invasão de sistemas e pela adulteração de documentos do Conselho Nacional de Justiça. A pena é de 10 anos de prisão em regime inicial fechado.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Zambelli foi condenada pelo Supremo a 10 anos em regime fechado

Escolta de deputada vira cabo de guerra

A Assessoria de Comunicação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), negou ontem que mandou retirar a escolta que acompanha a deputada Talíria Petrone (PSol-RJ) e que a proteção está mantida. Isso porque, em nota, a parlamentar afirmara que perderá a proteção sem comunicação prévia, apesar das investigações em curso sobre ameaças de morte contra ela.

Segundo a deputada, a suspensão da proteção foi em retaliação às críticas que faz ao presidente da Câmara. Mas a assessoria de Motta assegura que a retirada da segurança nada tem a ver com a atuação parlamentar dela.

De acordo com nota da assessoria da Presidência da Câmara, "a escolta à deputada Talíria Petrone foi suspensa em decisão do dia 8 de

dezembro, em virtude de parecer técnico do Departamento de Polícia Legislativa Federal, emitido em 4 de dezembro, após consulta à Polícia Civil e ao Ministério Público do Rio de Janeiro, bem como à Polícia Federal, que constataram não haver mais ameaças recorrentes, nem riscos à integridade física da parlamentar".

Ainda segundo a nota, "o presidente Hugo Motta está em contato com a deputada Talíria. Diante do pedido de reconsideração apresentado, o tema será reavaliado, à luz dos precedentes da Câmara e das novas informações fornecidas pela Deputada. O presidente determinou a manutenção da escolta até uma decisão definitiva sobre o pedido da deputada".

Por sua vez, Talíria afirmou que não houve comunicação formal nem apresentação de informações técnicas que indicassem o encerramento dos riscos. Ela afirma ter sido avisada de que a suspensão se baseou em um documento que apontaria supostos problemas de conduta pessoal. (FS e VO)